

ROGÉRIO EMILIO DE ANDRADE

DIREITO HOMOGENEO

**Harmonização, uniformização e ambivalência do
direito nacional**

**Tese de doutoramento apresentada ao
Programa de Pós-graduação da
Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo, nível doutorado, área de
concentração em Filosofia e Teoria
Geral do Direito, sob orientação do
Professor Associado Dr. Ari Marcelo
Solon.**

FACULDADE DE DIREITO – SÃO PAULO – 2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Andrade, Rogério Emilio de
Direito homogêneo: Harmonização,
uniformização e ambivalência do direito nacional /
Rogério Emilio de Andrade; orientador Ari Marcelo
Solon – São Paulo, 2010. 219 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação
em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo.

1. Tecno-direito. 2. Tecno-economia. 3. Direito
homogêneo. 4. Harmonização jurídica. 5. Uniformização
jurídica. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROGÉRIO EMILIO DE ANDRADE

DIREITO HOMOGÊNEO

Harmonização, uniformização e ambivalência do direito nacional

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nível doutorado, área de concentração em Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob orientação do Professor Associado Dr. Ari Marcelo Solon.

Aprovado em:

Banca examinadora

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido realizado sem o apoio do Prof. Dr. Ari Marcelo Sólón, orientador, e de uma verdadeira “rede” de amigos e colaboradores que permitiram e incentivaram toda a pesquisa. Agradeço ao Prof. Dr. Gerald Doppelt, do Departamento de Filosofia da University of California, San Diego – UCSD; à Prof. Christine Hunefeldt, do Center For Iberian and Latin American Studies – CILAS. Ao Prof. James Cooper, da California Western School of Law. Ao Dr. Alberno Nínio, do Banco Mundial. À inspiração, sempre presente, do amigo Mário Jorge Goes Lopes, “in memoriam”. Aos amigos que contribuíram com críticas e sugestões. À Faculdade de Direito, Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo – USP. E, de modo especial, aos que amo, que saberão se reconhecer.

RESUMO

No escopo de organização econômica do mundo, a globalização conduziu a uma limitação do papel das instituições públicas com relação ao mercado, haja vista a repercussão do poder econômico do capital na tomada de decisões de política econômica interna: a estruturação mundial dos mercados somente se torna plausível por meio da institucionalização de direitos no espaço dos Estados nacionais. Desse modo, os direitos nacionais tendem a uniformizar e harmonizar a regulação dada ao capital: trata-se da homogeneização dos direitos, porquanto, tendo em vista as necessidades decorrentes de uma indefectível interdependência econômica, os Estados nacionais acabam por adotar, com mais ou menos independência e criatividade, as instituições necessárias ao desenvolvimento do capital. É isso que torna a vontade planetária homogênea, por meio da artificialidade jurídica que permite ao direito se libertar dos vínculos terrestres e tradições históricas, instituindo, por assim dizer, uma espacialidade própria do direito, a espacialidade jurídica. Deixa-se, assim, o antigo *nomos*, que vinculava o direito aos lugares, a uma histórica e específica determinação de uma comunidade, para ir-se em direção ao novo *nomos*, que, estendendo-se às dimensões planetárias da tecno-economia, desliga-se dos vínculos tradicionais e assume plenamente o caráter da artificialidade. Apesar de os Estados continuarem desenvolvendo um papel importante, não se pode deixar de constatar que sua soberania econômica foi matizada: antes detinham poder absoluto em relação à economia, agora detêm poder relativo. As transformações e arranjos institucionais, que eram congruentes em nível nacional, agora estão dispersos em múltiplos níveis espaciais, pois o desempenho econômico requer que os atores sejam simultaneamente coordenados em todas as áreas espaciais, precisam ser alocados e aninhados em arranjos institucionais conectados a todos os níveis da realidade. Nesse contexto, Redes de Governo constituem um bom instrumento de política pública tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento que procuram participar do processo regulatório global e precisam reforçar sua capacidade de governança doméstica. Pode-se dizer que a partir da homogenia dos direitos pretende-se estudar três movimentos distintos e simultâneos que vêm influenciando a produção normativa dos Estados nacionais: a harmonização dos direitos, a uniformização dos direitos e a ambivalência dos direitos. Procurou-se empreender a revisão do tema escolhido na literatura existente no intuito de perquirir informações e conhecer as contribuições teóricas já produzidas pela ciência até o momento. A partir dessas contribuições teóricas, fez-se a identificação dos alicerces que permitiram dialogar com duas grandes tendências teóricas que prevalecem na análise do tema: a primeira, de cunho técnico, aposta na relevância do papel das Administrações Públicas no processo de regulação do mercado global; a segunda, de cunho político, visa a estabelecer mecanismos políticos de neutralização e compensação dos efeitos da globalização. Em linha com esses pontos, a pesquisa comprometeu-se com a realidade concreta e, simultaneamente, engajou-se com a transformação dessa mesma realidade. De conseguinte, o trabalho procurou evidenciar as formas como as forças econômicas influenciam os fenômenos legais, bem como, em sentido oposto, o direito, como instrumento político, pode e deve afetar a economia.

Palavras-Chave: tecno-direito, tecno-economia, direito homogêneo, harmonização jurídica, uniformização jurídica, ambivalência jurídica, interconexão econômica, interconexão jurídica, soberania, estado de exceção, *global governance*, hierarquia, heterarquia, rede de governo, reprodutibilidade técnica, convergência institucional.

ABSTRACT

In the scope of the global economic organization, the international integration of markets led to a limitation of the role of public institutions regarding the markets because of the economic power repercussion of the capital in the decision-making of internal economic policy: the world structuring of markets only becomes plausible by the institutionalization of Law in the national States. Thus, the national Law tends to standardize and harmonize the regulation of the capital: it is the homogenization of the Law as the resulting needs of an economic interdependence, which leaves the national States to adopt the necessary institutions to the capital development. It is this that turns the planetary will homogeneous through legal artificiality that allows the Law gives out of the terrestrial bonds and historical traditions, instituting the legal spatiality. Free from the old *nomos*, which links the Law to places, to a historical and specific determination of a community, the Law gives place to the new *nomos*, which detaches itself from the traditional bonds and fully assumes the artificiality character by extending itself to the planetary dimensions of the techno-economy. Despite the States continue to play an important role, it should be noticed that their economic sovereignty was tinged: before, they had an absolute power over the economy, whereas they now have a relative power. The transformations and institutional arrangements that were congruent in national level are now scattered in multiple spatial levels as the economic performance requires actors to be simultaneously coordinated in all spatial areas and they need to be allocated and nested in institutional arrangements connected to all levels of reality. In that context, Government Nets constitute a good instrument of public policies both for the developed countries and for the developing countries that attempt to take part of the global regulatory process and need to reinforce their capacity of domestic governance. It can be said that from the homogeneity of the Law on, this work aims at studying three simultaneous and distinct movements that have been influencing the normative output of the national States: the harmonization, the uniformization and the ambivalence of the Law. A literature review was presented with the objective of looking for specific information as well as knowing the theoretical contributions of the field. Based on those theoretical contributions, it was possible to keep a dialogue with two important theoretical tendencies that prevail in the analysis of the subject: first, the technical theoretical tendency, supported by the relevance of the role of Public Administrations in the process of global market regulation; second, the political theoretical tendency aims at establishing political mechanisms of neutralization and compensation of the globalization effects. In line with those theoretical tendencies, this study was committed to the concrete reality and it was simultaneously engaged with the transformation of that same reality. Therefore, the study aimed at showing the ways the economic forces influence the legal phenomena and the Law, as a political instrument, can and does affect the economy.

Keywords: techno-law, techno-economy, homogeneous Law, legal harmonization, legal uniformization, legal ambivalence, economic interconnection, legal interconnection, sovereignty, state of exception, *global governance*, hierarchy, heterarchy, Government Nets, technical reproducibility, institutional convergence.

SUMÁRIO

I HOMOGENEIZAÇÃO JURÍDICA E ECONÔMICA	15
1 ANTIGENEALOGIA DO CAPITAL	15
2 ILUMINISMO ECONÔMICO	20
3 ILUMINISMO JURÍDICO	25
4 “ESTADO UNIVERSAL E HOMOGENEO”	27
5 “ <i>PLURIVERSUM</i> POLÍTICO”	36
6 DIREITO HOMOGENEO	44
II TECNO-ECONOMIA	53
7 TEMPO ECONÔMICO	53
8 REFLEXIDADE E CIRCULARIDADE DA RAZÃO	55
9 TECNO-ECONOMIA	56
10 EROSÃO DO FORDISMO	65
11 ANINHAMENTO INSTITUCIONAL	84
III DESAGREGAÇÃO DA PIRÂMIDE	92
12 “COORDENAÇÃO” ANÁRQUICA	92
13 COORDENAÇÃO HIERÁRQUICA	99
14 COORDENAÇÃO HETERÁRQUICA	101
15 GLOBAL GOVERNANCE	109
16 REDES DE GOVERNO E HOMOGENEIZAÇÃO JURÍDICA	112
17 PIRÂMIDE JURÍDICA DESAGREGADA	118

18 REDES DE GOVERNO E AMBIVALÊNCIA JURÍDICA	129
IV DIREITO NA ERA DA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA	137
19 NEUTRALIDADE TÉCNICA	137
20 TECNO-DIREITO	142
21 TECNO-DIREITO E HOMOGENEIZAÇÃO JURÍDICA	150
22 DICOTÔMICA POLARIDADE ENTRE ÉTICA E ECONOMIA.....	161
V SOBERANIA SEM AURA	172
23 DO REVERENCIAMENTO AO QUESTIONAMENTO	172
24 AINDA HÁ ESPAÇO PARA O POLÍTICO?	191
25 SOBERANIA E DIREITO HOMOGÊNEO	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	218

INTRODUÇÃO

Os pensadores iluministas empreenderam esforços intelectuais para desenvolverem uma ciência objetiva, a moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas, fundados na crença que prometia libertar o homem da escassez, da necessidade, da arbitrariedade das calamidades naturais, das irracionalidades do mito, da religião, da superstição e do uso arbitrário do poder. Assim, o pensamento iluminista abraçou a ideia de progresso e buscou a ruptura com a história e a tradição, por meio da desmistificação e dessacralização do conhecimento e pela organização social com escopo de libertar os seres humanos de seus grilhões.

Tal atitude racional e calculista provocou a homogeneização da esfera econômica e seu conseqüente domínio técnico sobre o político, uma vez que é necessário preparar os ambientes para a reprodução e acumulação do capital, transformando tanto os indivíduos, quanto comunidades inteiras em instrumentos do crescimento econômico.

Esses ambientes construídos fomentam, por sua vez, o *direito homogêneo*, isto é, a harmonização e uniformização global do direito, as quais se constituem antes pelas necessidades colocadas pela técnica e pela economia – *tecno-economia* – do que pelo consenso em torno de uma concepção global de justiça ou pela construção de uma unidade política global.

A pesquisa desenvolve e explicita, pois, o processo que fomenta o *direito homogêneo*.

Nesse propósito, explora-se o conceito de *Estado Universal e Homogêneo*, na forma tal qual interpretado e sugerido por Alexandre Kojève a partir de suas investigações sobre Hegel.

Com o mesmo propósito, exploram-se as transformações dos arranjos institucionais que levaram do *Fordismo* ao *Pós-Fordismo* e ao aparecimento do que se denomina por tecno-economia. O processo de integração internacional dos mercados tem sido impulsionado pela constante inovação tecnológica que se faz possível pelo financiamento do capital financeiro internacional. Estes, juntos, perfazem a tecno-economia, que, para sustentar a reprodutibilidade do capital, requer a reprodução jurídica global dos ambientes que os tornem possível, bem como permitam a rápida transformação do capital fictício ou capital financeiro em moeda equivalente geral, que, posteriormente, gera crédito e permite o agrupamento de capital que irá financiar novas inovações dentro do círculo de metamorfose do capital.

Além disso, analisam-se as transformações nos arranjos institucionais, que eram congruentes em nível nacional e agora estão dispersos em múltiplos níveis espaciais, porquanto o desempenho econômico requer que os atores sejam simultaneamente coordenados em todas as áreas espaciais. Em outras palavras, os atores precisam ser alocados/aninhados em arranjos institucionais que sejam conectados a todos os níveis da realidade.

Tem-se, pois, um mundo onde os elementos básicos da governança – elaboração de regras, implementação de regras, execução de normas e resolução de disputas sob normas – são efetivados por redes de instituições governamentais, nacionais ou supranacionais, responsáveis pelo desempenho dessas funções, em que redes de governos são extremamente envolvidas na cooperação, harmonização e implementação de regras que ajudam na governança global. Redes de Governo constituem, portanto, um bom instrumento de política pública tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países em desenvolvimento que procuram participar do processo regulatório global e precisam reforçar sua capacidade de governança doméstica.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

